



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE AS INDICAÇÕES NºS 84 A 95/2014, EM 18/3/2014

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e o deputado Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente “ad hoc”, deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião, informa que não há ata a ser lida por tratar-se da primeira reunião e que a finalidade da reunião é eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. A presidente se candidata à presidência e registra a candidatura do deputado Wander Borges ao cargo de vice-presidente. Procedida a votação nominal, são eleitos os candidatos registrados, por unanimidade. A presidente dá posse ao vice-presidente eleito, a quem passa a palavra; ato contínuo, o vice-presidente empossa a presidente eleita. É designada relatora da matéria a deputada Rosângela Reis. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2014.

Maria Tereza Lara, presidente - Wander Borges - Rosângela Reis.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/4/2014

Às 13h58min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, Dalmo Ribeiro Silva, Carlos Mosconi e Célio Moreira (substituindo, respectivamente, os deputados Zé Maia, João Vítor Xavier e Lafayette de Andrada, por indicação da liderança do BTR), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os deputados Carlos Mosconi, Célio Moreira e Dalmo Ribeiro Silva, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na apauta e a discutir e votar proposições da comissão. Suspende-se a reunião. Às 14h20min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Jayro Lessa, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Rômulo Viegas (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BTR). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.069/2014 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Romel Anízio, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2014.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Tiago Ulisses - Duarte Bechir - Luiz Humberto Carneiro.

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/4/2014**

Às 14h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, João Vítor Xavier, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Romel Anízio, por indicação da liderança do BAM) e Rômulo Viegas (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do FNDE e do Sr. José Tarciso Raymundo, prefeito municipal de Ibitiúra de Minas, publicados no *Diário do Legislativo* em 17/4/2014. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.403/2012 e 4.518/2013 (Jayro Lessa); 3.851, 4.220 e 4.403/2013 (Lafayette de Andrada); 4.257/2013 (Romel Anízio); e 4.665/2013 (João Vítor Xavier), no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 5.075 e 5.076/2014 são retirados da pauta por determinação do presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 248/2011 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde (relator: deputado Agostinho Patrus Filho, em virtude de redistribuição); 3.851/2013 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição); 4.220/2013 (relator: deputado João Vítor Xavier, em virtude de redistribuição) e 4.403/2013 (relator: Rômulo Viegas, em virtude de redistribuição) na forma dos Substitutivos nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça. O Projeto de Lei nº 1.404/2011 é convertido em diligência às Secretarias de Planejamento e Gestão e de Saúde, atendendo-se a requerimento do relator, deputado João Vítor Xavier, aprovado pela comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 4.928, 5.037 a 5.042/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2014.

Zé Maia, presidente - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Tiago Ulisses - Duarte Bechir.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/4/2014

Às 15h37min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Almir Paraca, Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.872/2014, no 1º turno, do qual avocou a si a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.923/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relatora: deputada Liza Prado). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 4.129/2013 (relator: deputado Almir Paraca) e 4.966/2014 (relatora: deputada Liza Prado), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.419, 7.420, 7.430 e 7.531/2014. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.773/2013. Suspende-se a reunião. Às 17h23min, são reabertos os trabalhos e registra-se a presença da deputada Liza Prado e dos deputados Doutor Wilson Batista e Elismar Prado (substituindo o deputado Almir Paraca, por indicação da liderança do MSC). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 9.773/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião para debater, no Município de Pouso Alegre, em audiência pública, os direitos da pessoa com deficiência e sua repercussão em toda a região sul do Estado;
- nº 9.774/2014, da deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para isenção do ICMS para os equipamentos de adaptação dos carros para as pessoas portadoras de deficiência, condutoras ou não, que necessitem de adaptação do veículo para facilitar a locomoção;
- nº 9.775/2014, da deputada Liza Prado e do deputado Sebastião Costa, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os avanços e desafios da conscientização e da regulamentação legislativa sobre o autismo;
- nº 9.777/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as condições de acessibilidade do sistema BRT MOVE;
- nº 9.778/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as políticas para pessoas com deficiência e as condições de acessibilidade no Município de Governador Valadares;
- nº 9.779/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude e com a Comissão Extraordinária da Copa do Mundo, para debater, em audiência pública, as condições de acessibilidade no Estado para a realização dos eventos da Copa do Mundo de 2014;



- nº 9.781/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves pedido de providências para verificar as denúncias de violência doméstica relatadas na 4ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 24/4/2014, por Fabiana Cruzelina da Silva;
- nº 9.782/2014, das deputadas Liza Prado e Ana Maria Resende, em que solicitam seja realizada visita ao Departamento Estadual de Trânsito - Detran-MG - com a finalidade de verificar a implementação da Lei nº 21.157, de 2014, que acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 12.032, de 1995, que altera e revigora dispositivos relativos à taxa de segurança pública da Lei nº 6.763, de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- nº 9.784/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para a disponibilização no *site* dos dados quantitativos sobre isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS - na aquisição de veículos para pessoa com deficiência;
- nº 9.785/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT - e à Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades pedido de providências para envio de recomendação às empresas concessionárias e permissionárias de transporte coletivo rodoviário no sentido de se garantir o cumprimento do prazo estabelecido pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2004 (art. 38, *caput*, §2º e §3º), que determina que a frota de veículos de transporte coletivo rodoviário e a infraestrutura desse serviço deverão estar totalmente acessíveis até o mês de dezembro de 2014;
- nº 9.786/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao procurador-chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais pedido de informação sobre as medidas tomadas pelo Ministério dos Transportes e pela Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT - para atendimento à Recomendação MPF/MG/PRDC nº 155, de 13/11/2012, que solicita a revisão de todas as autorizações em andamento, a fim de garantir que toda a frota de veículos de transporte coletivo rodoviário e a infraestrutura de seus serviços estejam totalmente acessíveis no prazo máximo de 120 meses a contar da data de publicação do Decreto Federal nº 5.296, de 2004 (art. 38, *caput*, §2º e §3º), sob pena de responsabilização do poder concedente;
- nº 9.787/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que seja aperfeiçoado o acesso ao *site* do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual - Siare - para garantir que as pessoas com deficiência possam obter as informações e formulários necessários para a solicitação de isenção de ICMS na aquisição de veículos;
- nº 9.788/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda pedido de providências para que seja substituída a expressão "portadores de deficiência" pela expressão "pessoas com deficiência" em seu *site*, em atendimento às convenções internacionais sobre direitos da pessoa com deficiência;
- nº 9.789/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas - Setop - pedido de informações para que envie cópia do projeto do Terminal Metropolitano Bernardo Monteiro, com detalhamento dos itens de acessibilidade;
- nº 9.790/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Estadual de Trânsito - Detran-MG - pedido de providências para que seja incluído no *site* da instituição informações sobre os procedimentos para a isenção de ICMS na aquisição de veículos automotores para pessoas com deficiência;
- nº 9.791/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans- pedido de providências para que seja garantida a acessibilidade em todas as linhas de ônibus do município e para que seja incluído ponto de ônibus da linha 4108 em frente à Associação Mineira de Reabilitação - AMR;
- nº 9.792/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que seja garantido o agendamento de consulta com especialistas e seja agilizada a emissão do laudo de avaliação para que a pessoa com deficiência possa solicitar a isenção de ICMS na aquisição de veículo adaptado;
- nº 9.805/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ofício para às prefeituras do Estado de Minas Gerais sugerindo a inclusão de funcionário qualificado e sensível às questões de acessibilidade na equipe técnica responsável pelas obras públicas municipais, para que seja observado o disposto na legislação sobre acessibilidade em edifícios e espaços de uso público;
- nº 9.806/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Presidente Roosevelt ofício com a resposta recebida pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência ao Requerimento nº 6.463/2013, que solicitou providências à Subsecretaria de Direitos Humanos para concessão de ajuda de custo para o pagamento de mensalidade para famílias de alunos daquela escola.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, em 6/5/2014, às 19h30min, em Contagem, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2014.

Liza Prado, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/4/2014

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Lerin, Bonifácio Mourão (substituindo o deputado Deiró Marra, por indicação da Liderança do BTR) e João Vítor Xavier (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Lerin, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das



seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Resolução nºs 5.043, 5.059, 5.060 e 5.064/2014 e Projetos de Lei nºs 1.497/2011, 3.444/2012, 4.494, 4.670 e 4.735/2013 (deputado Bonifácio Mourão); e Projetos de Lei nºs 4.756 e 4.823/2013, 4.830, 4.831, 4.832, 4.874, 4.886, 4.932 e 4.951/2014 (deputado João Vitor Xavier). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Projetos de Resolução nºs 5.043, 5.059, 5.060 e 5.064/2014 e Projetos de Lei nºs 1.497/2011, 3.444/2012, 4.494, 4.670, 4.735, 4.756 e 4.823/2013; e 4.830, 4.831, 4.832, 4.874, 4.886, 4.932 e 4.951/2014. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos deputados, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de maio de 2014.

Luiz Humberto Carneiro, presidente - Tiago Ulisses - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/5/2014

Às 13h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Duarte Bechir, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Liza Prado e o deputado Duílio de Castro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos deputados presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater o financiamento e as condições de funcionamento das Apaes na circunscrição do Conselho Regional Centro II, vinculado à Federação das Apaes-MG. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Dilma Luíza Jorge Shwenck, secretária Municipal de Assistência Social de Sete Lagoas, e Vânia Aparecida de Freitas Silva, representante dos pais da Apae de Sete Lagoas; e os Srs. Márcio Reinaldo Dias Moreira, prefeito municipal de Sete Lagoas, Márcio Paulino da Silva, presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, Pastor Alcides, Dalton Andrade, Enio Andrade e Renato Gomes, vereadores à Câmara Municipal de Sete Lagoas, Francisco Eugênio Barbosa Raposo, presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de Sete Lagoas, Jarbas de Barros, coordenador de Política de Monitoramento da Federação das Apaes-MG, Luiz Roberto Capucci, diretor social da Apae de Sete Lagoas, Cristiano Casimiro, diretor da Apae de Mariana, e Sebastião César Teixeira de Amorim, representante dos alunos da Apae de Sete Lagoas, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem a esta reunião, faz uso da palavra para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra para a Deputada Liza Prado, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o Deputado Duílio de Castro, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de maio de 2014.

Duarte Bechir, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/5/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da Indicação nº 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de Presidente da Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral do Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



Votação, em turno único, da Indicação nº 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 83/2013, feita pelo governador do Estado, do nome de Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 87/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Petrina Mourão Mafra para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 91/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Márcia Nogueira Amorim para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 93/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa (recondução) para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase (das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12 de julho de 2013. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.026/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2009. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.924/2013, da deputada Liza Prado e do deputado Alencar da Silveira Jr., que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.078/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2.914/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2010. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.288/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2011. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.995/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao patrimônio do Município de Belo Oriente o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.683/2013, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vieiras o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações, o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 248/2011, do deputado Elismar Prado, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.133, de 21 de dezembro de 2001. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 325/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a instalação de medição individualizada do consumo de energia elétrica nas edificações prediais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da



Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.851/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.220/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o trecho que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.257/2013, dos deputados Ivair Nogueira e Rômulo Veneroso, que dispõe sobre a desafetação de trecho de rodovia e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Juatuba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2, da Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.519/2013, do deputado Ivair Nogueira, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.995, de 1º de julho de 2010. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.574/2013, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.665/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Lagonegro o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.873/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.948/2014, do deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a divulgação da campanha "Coração Azul" contra o tráfico de pessoas no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.077/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à UFMG o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.093/2014, do governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.000/2014, do deputado Luiz Henrique; e 5.160/2014, do deputado Gustavo Valadares.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.588/2013, do deputado Luiz Henrique; 4.908/2014, do deputado Arlen Santiago; 5.158 e 5.159/2014, do governador do Estado; e 5.161 e 5.163/2014, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.109/2013, do deputado Fabiano Tolentino; 5.137/2014, do deputado André Quintão; 5.155/2014, do deputado Gustavo Valadares; 5.168 e 5.174/2014, do deputado Dilzon Melo; e 5.175/2014, do deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.817/2014, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 13/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.852/2014, do deputado Rômulo Viegas.

Requerimentos nºs 7.800, 7.801 e 7.802/2014, do deputado Anselmo José Domingos; 7.816/2014, do deputado Ivair Nogueira; e 7.836/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 7.795/2014, da deputada Luzia Ferreira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.125/2014, do deputado Tenente Lúcio.

Requerimentos nºs 7.625 e 7.626/2014, do deputado Marques Abreu; e 7.799/2014, da deputada Liza Prado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 13/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 7.790/2014, do deputado Leonardo Moreira; 7.798/2014, do deputado Ulysses Gomes; 7.832 e 7.833/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Audiência pública para debater a implantação do Rodoanel Leste e a realização de outras obras de mobilidade urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte, conhecidas como “Anel Leste”.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 13/5/2014****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/5/2014**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 799/2011, do deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.045/2014, do governador do Estado.

Requerimentos nºs 7.761/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 7.797/2014, do deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 13 de maio de 2014, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e das Indicações nºs 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado; 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do IEF; 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado; 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de presidente da Utramig; 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral do Deop-MG; 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de Presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas; 83/2013, feita pelo governador do Estado, do nome de Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado; 87/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Petrina Mourão Mafra para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; 91/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Márcia Nogueira Amorim para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; e 93/2014, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa (recondução) para a função de conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; e na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, que altera o § 1º do art. 128 da Constituição do Estado; dos Projetos de Resolução nºs 5.026/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2009; 2.914/2012, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2010; e 4.288/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do governador do Estado referentes ao exercício de 2011; e dos Projetos de Lei nºs 248/2011, do deputado Elismar Prado, que acrescenta dispositivos à Lei nº 14.133, de 21 de dezembro de 2001; 325/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a instalação de medição individualizada do consumo de energia elétrica nas edificações prediais; 3.851/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capinópolis o trecho que especifica; 3.924/2013, da deputada Liza Prado e do deputado Alencar da Silveira Jr., que assegura ao aluno matriculado na rede pública estadual de ensino o direito de não se submeter a exame de avaliação curricular nas situações que menciona; 4.220/2013, do deputado Zé Maia, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coromandel o trecho que especifica; 4.257/2013, dos deputados Ivair Nogueira e Rômulo Veneroso, que dispõe sobre a desafetação de trecho de rodovia e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Juatuba; 4.519/2013, do deputado Ivair Nogueira, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 18.995, de 1º de julho de 2010; 4.574/2013, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado a doar ao Município de São Gonçalo do Abaeté o imóvel que especifica; 4.665/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frei Lagonegro o trecho de rodovia que especifica; 4.683/2013, do deputado Bráulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vieiras o trecho rodoviário que especifica; 4.738/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à União em



operação de crédito com a agência oficial alemã Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW - e dá outras providências; 4.827/2014, do governador do Estado, que altera a lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985; 4.873/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica; 4.937/2014, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica; 4.948/2014, do deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a divulgação da campanha "Coração Azul" contra o tráfico de pessoas no Estado; 4.995/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao patrimônio do Município de Belo Oriente o imóvel que especifica; 5.075/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 20.756, de 12 de julho de 2013; 5.076/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências; 5.077/2014, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à UFMG o imóvel que especifica; 5.078/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado; e 5.093/2014, do governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de maio de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Celinho do Sinttrocel, Neilando Pimenta e Wander Borges, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2014, às 14 horas, no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, com a presença de convidados, com a finalidade de debater a situação dos profissionais do setor público e privado de enfermagem do Estado e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 13/5/2014, às 14h45min e às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 5.075 e 5.076/2014 e 4.738/2013, do governador do Estado; e de discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

Zé Maia, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do nome de Lister César Nascimento para o cargo de diretor-geral do Detel

Nos termos regimentais, convoco os deputados Inácio Franco, João Leite, Ulysses Gomes e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2014, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

Vanderlei Miranda, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

Almir Paraca, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2014, às 14 horas, na Câmara Municipal de Araxá, com a finalidade de debater o financiamento e as condições de funcionamento das Apaes na circunscrição dos Conselhos Regionais Alto Paranaíba I, Alto Paranaíba II e Sudoeste I, vinculados à Federação das Apaes-MG, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

Duarte Bechir, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.125/2014****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude
Relatório**

De autoria do deputado Tenente Lúcio, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Esportiva São Jorge, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Sociedade Esportiva São Jorge, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão do civismo e da cultura física.

Na consecução desse propósito, a instituição realiza eventos de caráter social e cultural e participa de competições esportivas de cunho amador.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol dos cidadãos do Município de Uberlândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.125/2014, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

Marques Abreu, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.130/2014**Comissão de Esporte, Lazer e Juventude
Relatório**

De autoria do deputado Wander Borges, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Bom Destino Futebol Clube, com sede no Município de Santa Luzia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Bom Destino Futebol Clube, com sede no Município de Santa Luzia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas.

Com esse propósito, a instituição incentiva a prática de esportes e participa de competições esportivas amadoristas e especializadas, inclusive futebol feminino, sempre zelando pelo cumprimento da legislação desportiva vigente.

Cabe ressaltar que a prática de atividades desportivas traz benefícios individuais e sociais, pois contribui para a formação física e psíquica dos indivíduos e reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Especialmente na adolescência, quando os jovens podem ser influenciados por hábitos prejudiciais, que geram conflitos internos capazes de desvirtuar valores e dificultar a aprendizagem, o esporte se reveste de indiscutível importância, prestando grande contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

Desse modo, tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol dos cidadãos do Município de Santa Luzia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.130/2014, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2014.

Mário Henrique Caixa, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 12/5/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

**Gabinete da Deputada Liza Prado**

exonerando Fabiana Therezinha de Assis do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;
exonerando Fátima das Graças Resende Matias do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
exonerando Idair Oliveira de Menezes do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Fátima das Graças Resende Matias para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Idair Oliveira de Menezes para o cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas;
nomeando Valério Lopes de Moraes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa

nomeando Ubirajara Azevedo Marinho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Marques Abreu

nomeando Cristine Constantino de Moraes para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 29/4/2014, que nomeou José de Moura da Fonseca Reis para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando José Gonzaga Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Anderson Botelho Alves de Miranda para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou os seguintes atos:

exonerando Ivonete de Cassia Pereira do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando José Gonzaga Pereira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Almir Paraca Cristóvão Cardoso, Matrícula nº 7.753-4, no período de 7 a 16 de abril de 2014.

Mesa da Assembleia, 28 de abril de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

**ERRATA****ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO
NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/4/2014**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/5/2014, na pág. 12, onde se lê:

"e Duarte Bechir (substituindo o deputado Gustavo Perrella, por indicação da Liderança do BTR)", leia-se:

"e Duarte Bechir (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BTR)".